

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.273.367 - MS (2018/0079488-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
AGRAVANTE : FERNANDO APARECIDO DOS ANJOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado em sentença definitiva como incurso no art. 155 (furto), *caput*, do Código Penal, a uma pena de 1 (um) ano e 9 (nove) meses de reclusão em regime semiaberto.

O recurso da defesa foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 329):

REVISÃO CRIMINAL – PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE DELITO – AUSÊNCIA DE NOVAS PROVAS – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ ESGOTADA EM AÇÃO PENAL – IMPOSSIBILIDADE – REVISÃO CRIMINAL NÃO CONHECIDA.

I- Não há de se falar em desclassificação de delito em sede de revisão criminal, ante a ausência de erro judiciário, bem como de novas provas, requisitos indispensáveis aos moldes do art. 621 do CPP.

II- A revisão criminal não se presta a rediscussão da matéria exhaustivamente analisada nas instâncias "a quo" e "ad quem", não podendo ser utilizada como uma segunda apelação.

III- Revisão Criminal não conhecida.

Na petição de recurso especial, a parte recorrente requer a desclassificação do delito de furto para receptação culposa, nos termos do art. 180, § 3º, do Código Penal, ante a ausência de autoria e materialidade.

Afirma que o acórdão atacado, não conhecendo do pedido revisional de desclassificação do crime de furto para o crime de receptação culposa, negou vigência ao disposto no artigo 621, I, do Código de Processo Penal.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 364/366 afirmando que se encontra presente o óbice da Súmula n. 83/STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 370/379.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 384/391

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 400):

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO CRIMINAL. ART. 621, INCISO I, DO CPP. TESE DE CONDENAÇÃO CONTRÁRIA À EVIDÊNCIA DOS AUTOS. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. SÚMULAS 83/STJ E 568/STJ. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Não é possível apreciar, em recurso especial, a tese de violação ao art. 621, inciso I, do CPP, fundada na suposta ocorrência de condenação contrária à evidência dos autos, pois o acórdão recorrido foi proferido em conformidade com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, que não admite o manejo da revisão criminal como segunda apelação, para mera rediscussão de aspectos fático-probatórios já apreciados no curso do processo originário. Incidência das Súmulas 83/STJ e 568/STJ.

2. Não é possível apreciar, em recurso especial, a tese de insuficiência probatória, para o fim de aferição da suposta violação ao art. 621, inciso I, do CPP, haja vista a inviabilidade de reexame de fatos e provas. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Parecer pelo desprovimento do agravo.

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou o fundamento da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem consignou (e-STJ, fl. 331):

No caso em tela, o revisionando pleiteia a desclassificação da conduta prevista no art. 155, caput, do CP para receptação na modalidade culposa, prevista no art. 180, § 3º do CP, com base tão somente nas provas já existentes à época da tramitação processual.

Importante frisar que, considerando que o acusado se defende dos fatos e não da capitulação jurídica dada na denúncia, caso o

magistrado singular entendesse pela desclassificação do delito, poderia se utilizar, em fase de sentença, do instituto do emendatio libelli, o que não ocorreu, agindo assim conforme sua convicção.

Diante de tais afirmações, não vislumbro qualquer prova nova capaz de alterar a capitulação jurídica atribuída ao revisionando, posto que, com a propositura desta demanda, buscou tão somente reanalisar o mérito da ação penal de nº 0000894-05.2011.8.12.0026.

Com efeito, a decisão vergastada baseou seu entendimento no contexto fático-probatório da lide e, rever o referido posicionamento requer o reexame da demanda, obstado na via eleita pela Súmula 7/STJ.

Neste sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. DECISÃO MONOCRÁTICA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. OFENSA. INEXISTÊNCIA. ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE EM ÂMBITO DE RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182/STJ. INCIDÊNCIA. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO E DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 28 DA LEI DE DROGAS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006 NA FRAÇÃO DE 1/5. FUNDAMENTOS IDÔNEOS PARA MODULAR A FRAÇÃO DE REDUÇÃO. MOTIVAÇÃO VÁLIDA QUANTO AO RECRUDESCIMENTO DO REGIME.

(...)

4. No caso, para que fosse possível a análise dos pleitos de absolvição ou de desclassificação para o art. 28 da Lei de Drogas, seria imprescindível o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é defeso em âmbito de recurso especial, em virtude do disposto na Súmula 7 desta Corte.

(...)

7. Agravo regimental do qual se conhece parcialmente, e, nessa parte, desprovido.

(AgRg no AREsp 1226545/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/06). PLEITO ABSOLUTÓRIO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PROVAS COLHIDAS

*EM INQUÉRITO POLICIAL EM COTEJO COM OUTRAS
ANGARIADAS EM SEDE JUDICIAL. POSSIBILIDADE.*

REEXAME DE PROVAS. NÃO CABIMENTO.

(...).

3. As instâncias de origem, a partir da análise do arcabouço probatório existente nos autos, concluíram pela suficiência de elementos para atestar a autoria delitiva assestada ao denunciado, de modo que a desconstituição do julgado, no intuito de abrigar o pleito defensivo absolutório, ou a desclassificação do delito, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário a este Tribunal Superior de Justiça aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência incabível em Recurso Especial, tendo em vista o óbice da Súmula 7 desta Corte.

(...)

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 933.853/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 03/10/2018)

Destarte, não merece provimento a pretensão recursal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator